

Congresso defende diálogo na crise com Estados Unidos

Base governista culpa Jair Bolsonaro e oposição acusa Lula

Por Gabriela Gallo

Após o anúncio do presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (partido Republicano), anunciar a taxa de 50% a produtos brasileiros a partir de 1º de agosto, o poder Legislativo começou a se manifestar sobre o caso. Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), divulgaram nesta quinta-feira (10) uma carta conjunta sobre o caso. No documento, apesar de os parlamentares brasileiros destacarem que estão abertos ao diálogo “nos campos diplomático e comercial” com o presidente norte-americano, eles reforçam que os interesses brasileiros serão prioridade. E que deram ao governo a possibilidade de utilizar a Lei da Reciprocidade.

“O Congresso Nacional acompanhará de perto os desdobramentos. Com muita responsabilidade, este Parlamento aprovou a Lei da Reciprocidade Econômica. Um mecanismo que dá condições ao nosso país, ao nosso povo, de proteger a nossa soberania. Estaremos prontos para agir com equilíbrio e firmeza em defesa da nossa economia, do nosso setor produtivo e da proteção dos empregos brasileiros”, declaram os presidentes das Casas.

Na próxima semana, está agendada para o plenário da Câmara dos Deputados discutir e votar o requerimento de moção de Repúdio contra a decisão dos EUA (REQ 2712/2025). Do outro lado do Congresso, no Senado, a Comissão de Relações Exteriores da Casa articula uma missão a



Motta e Alcolumbre defenderam possível uso da Lei da Reciprocidade

Washington para tentar negociar sobre o tema diretamente com o parlamento americano. A informação foi divulgada pelo presidente da comissão, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), após conversar com o encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos, Gabriel Escobar, que atualmente é o responsável pela missão diplomática no Brasil (o país está sem embaixador no Brasil). Se confirmada, a missão tem previsão de acontecer em setembro e já tem a aprovação do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB).

Embate

No Congresso, parlamentares aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reforçam o discurso para reforçar a soberania brasileira e jogam a responsabilidade da decisão de Trump ao ex-presidente Bolsonaro e principalmente a seu filho, o deputado federal licenciado Eduardo

Bolsonaro (PL-SP) – ele está nos Estados Unidos desde maio para articular apoio de autoridades norte americanas contra o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o pai por suposta tentativa de golpe de Estado.

Culpa de Lula

Por outro lado, parlamentares da oposição reforçam o discurso de que são contrários às taxas, mas culpam o atual presidente da República, alegando que posicionamentos de Lula entraram em conflito direto com os Estados Unidos – como opiniões divergentes perante a guerra do Oriente Médio e diálogos divergentes entre os presidentes. E, especialmente, os posicionamentos favoráveis ao uso de outra moeda que não o dólar nas negociações do Brics.

Impactos

Ao Correio da Manhã, o sócio do escritório Meirelles Costa Advogados Morvan

Meirelles Costa Junior pontuou que os principais setores impactados com a taxa serão: agronegócio, indústria siderúrgica e de alumínio, e os ramos de exploração petrolífera e aviação.

“A aplicação de barreiras tarifárias sobre esses ramos cruciais para nossa balança comercial acarretaria em expressivas perdas de faturamento, postos de trabalho e capacidade competitiva”, destacou o advogado.

“Tal cenário demandaria uma célere reavaliação das estratégias comerciais e fiscais por parte das corporações e do governo brasileiro, a fim de mitigar os danos e buscar alternativas para a manutenção da saúde econômica desses setores”, continuou, na sua análise.

Para o advogado e especialista em Direito Societário e Tributário do Grupo Nimbus Felipe Molina Costa, a ação de Trump tem um “nítido caráter político e sinaliza um uso agressivo da política comercial”.

Lira mantém taxa de super-ricos e amplia isenção parcial

Por Gabriela Gallo

O ex-presidente da Câmara dos Deputados e relator do projeto de lei que altera a legislação do Imposto de Renda (PL 1087/2025), Arthur Lira (PL-PP), apresentou, nesta quinta-feira (10), o parecer inicial do projeto na Comissão Especial da Casa. O relatório mantém a base de ampliar a isenção do pagamento do Imposto de Renda (IR) para aqueles que ganham até R\$ 5 mil mensais, além de manter alíquotas maiores para taxar os chamados super-ricos, mas sofreu alterações. Após um pedido de vista coletivo na comissão (mais tempo de análise do projeto), o presidente do colegiado, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-BA), agendou o retorno da discussão para a próxima terça-feira (15).

O texto ainda pode passar por alterações. De acordo com Lira, a expectativa é que siga para o plenário da Casa no segundo semestre, após o recesso parlamentar, a partir de 1º de agosto.

Em entrevista coletiva concedida à imprensa ainda nesta quinta, Lira reforçou que o projeto segue os princípios de neutralidade e justiça tributária. Para compensar a perda arrecadatória, o PL 1087/25 determina uma taxa progressiva, que começará para aqueles que ganham R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês), e finalizará com uma taxa de



Lira fez alterações para manter arrecadação neutra

10% para quem tem uma renda anual a partir de R\$ 1,2 milhão. Se aprovado, o projeto passa a valer a partir de 2026.

Compensação

Além de aumentar a faixa de isenção de pagamento do Imposto de Renda – promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) –, o relatório de Lira amplia a faixa intermediária do pagamento para quem ganha entre R\$ 5.001 até R\$ 7.350 mensais (antes era até R\$ 7 mil). “Esses R\$ 350 atingirá mais ou menos 500 mil pessoas a mais no Brasil. Esse número terá

um impacto de mais ou menos R\$ 17 bilhões em três anos, e mesmo com esse impacto, com o que arrecadará ainda sobrar R\$ 12 bilhões e 700 mil”, detalhou Lira.

A mudança é uma resposta direta às críticas apontadas ao parlamentar ao inicialmente propor reduzir a alíquota compensatória de 10% para 9%. Para a imprensa, o parlamentar reforçou que a ideia não era “proteger os super-ricos” e reforçou que a medida entregue pela equipe econômica do governo não era uma proposta neutra. Ou seja, segundo o relator, ele ampliou a faixa de

quem terá uma isenção parcial para compensar as “sobras” do projeto.

“No projeto original, a renúncia para o ano de 2026 seria de R\$ 25,8 bilhões. Então, teríamos de encontrar uma alíquota que compensasse R\$ 25,8 bilhões. A alíquota de 10% compensa R\$ 34 bilhões, então ele [projeto] não é neutro, é superavitário”, explicou Lira.

“Então, não que não pôde mexer no andar de cima da alíquota, mexemos no andar de baixo. Aumentamos, com essa sobra de recursos que 10% causa, aumentamos os que podem ser parcialmente isentos”, completou.

Isenção

O projeto ainda isentou da alíquota mínima do Imposto de renda as hipóteses de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de lucros ou dividendos a: fundos soberanos; governos estrangeiros – desde que haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos auferidos em seus países pelo governo brasileiro, e entidades no exterior que tenham como principal atividade a administração de benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões).

Ele ainda retirou os títulos incentivados da base de cálculo do imposto mínimo efetivo da alta renda.

Essa mudança deverá diminuir a arrecadação federal.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Romeu Zema disse que um erro não justifica outro

Reação a tarifaço altera fala de governadores

A mudança de tom dos governadores Tarcísio de Freitas (São Paulo) e Romeu Zema (Minas Gerais) mostrou que ambos perceberam uma reação negativa às medidas de Donald Trump. Na quarta, eles culpam Lula pela decisão norte-americana. Análises de redes sociais revelaram a percepção majoritária de que as medidas, comemoradas por bolsonaristas, serão preju-

diciais ao Brasil. Exportadores fizeram chegar aos governadores que a imposição de sobretaxa de 50% a produtos brasileiros representará um baque em suas atividades.

Ontem, Tarcísio voltou a criticar o governo, mas citou prejuízos para o estado. Zema disse que erros do governo brasileiro não justificam a decisão de Trump.

Culpados

A oposição, porém, insistirá em responsabilizar o governo e até mesmo o Supremo Tribunal Federal pela reação norte-americana. Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) diz que a postura de Lula na reunião do Brics foi decisiva para as medidas de retaliação.

Venezuela

Para Portinho, o presidente brasileiro provocou a reação norte-americana ao insistir que países deveriam criar alternativas de comércio que não dependessem do uso do dólar. Diz que, se radicalizar, Lula apontará o caminho para a “venezuelização” do país.



Lula: novas críticas ao presidente dos Estados Unidos

Depois do susto, muitos falam em negociar com os EUA

Passado o primeiro impacto, a palavra mais repetida ontem foi “negociação”. Lula manteve o tom de crítica a Trump, mas o Itamaraty avalia que é melhor aguardar um pouco, até porque o presidente norte-americano costuma voltar atrás em muitas de suas decisões mais contundentes. Presidente da Associação

de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro ressalta que a sobretaxa encarece a vida dos norte-americanos e afeta, por exemplo, a produção da indústria automobilística que precisa do aço brasileiro.

“O Trump age na emoção, não costuma levar em conta aspectos técnicos”, ressalta.

Reunião

Na próxima terça, a AEB e entidades representativas do setor industrial participarão de reunião no Ministério do Desenvolvimento, comandado por Geraldo Alckmin. O encontro é periódico, já estava marcado, mas o tarifaço deverá ser o grande tema.

Boca fechada

Para Castro, o importante agora seria o presidente Lula evitar novas declarações contra o colega norte-americano e deixar que diplomatas passem a cuidar do assunto. “Ele (Lula) quer ter ganhos políticos com essa história, mas deveria ficar quieto”, afirma.

Voo ameaçado

A queda nas ações da Embraer mostra o tamanho do problema de uma das poucas empresas brasileiras que exportam produtos de alta complexidade para os EUA. Além de ser punida com a sobretaxa de 50%, seria também prejudicada com uma retaliação tarifária.

Marisco

A imposição de tarifas punitivas a produtos importados dos EUA terminaria de complicar a vida da Embraer, que compra vários componentes por lá, como motores para seus aviões. A empresa ficaria de marisco na briga do rochedo Brasil com o mar norte-americano.